

**ATL  
2025**



**(Org.)**  
Carmen Lúcia Silva Lima  
Evangalina da Silva Sousa  
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa  
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

Caderno Iconográfico

# **ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2025**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**KPI**  
INSTITUTO DE POLÍTICA PÚBLICA



**FADEX**

cancloneiro

**Caderno Iconográfico**

**ACAMPAMENTO  
TERRA LIVRE 2025**

**Caderno Iconográfico**

# **ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2025**



cançãoeire

**EXPEDIENTE****Realização**

Ministério dos Povos Indígenas

**Presidente**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministra de Estado dos Povos Indígenas**

Sônia Guajajara

**Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas**

Eloy Terena

**Coordenação do Projetos de Pesquisa**

Carmen Lúcia Silva Lima  
Evangelina da Silva Sousa  
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa  
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

**Pesquisadores Externos**

Ítala Tuanny Rodrigues Nepomuceno  
Luiz Felipe dos Santos Pinto Garcia  
Nathaly Conceição Munarini Otero  
Marlise Mirta Rosa  
Tédney Moreira da Silva

**Pesquisadores UFPI**

Amélia Raquel Lima Solano (Antropóloga)  
Carlos Eduardo Mourão da Rocha (Revisor Textual)

Copyright © 2026 by Carmen Lúcia Silva Lima, Evangelina da Silva Sousa, Flávia Lorenne Sampaio Barbosa, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (org.).

Todos os direitos reservados

**Projeto gráfico**

Ronyere Ferreira  
Carmen Lúcia Silva Lima

**Diagramação**

Pedro Paulo Machado

**Capa**

Alexandre Mesquita

**CANCIONEIRO****Editores**

Márcio Douglas de Carvalho e Silva  
Ronyere Ferreira

**Conselho editorial**

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)  
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)  
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)  
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)  
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)  
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)  
Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

---

Caderno Iconográfico: Acampamento Terra Livre 2025 / Carmen Lúcia Silva Lima, Evangelina da Silva Sousa, Flávia Lorenne Sampaio Barbosa, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2026.

144 p. il.

ISBN: 978-65-5330-107-8

1. Povos Indígenas – Brasil 2. Mobilização Indígena 3. Direitos – Povos Indígenas 4. Lutas e Resistência – Povos Indígenas 5. Políticas Públicas I.

CDD: 980

---

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

**EDITORA CANCIONEIRO**

Teresina - Piauí

[www.editoracancioneiro.com.br](http://www.editoracancioneiro.com.br)

[contato@editoracancioneiro.com.br](mailto:contato@editoracancioneiro.com.br)

Carmen Lúcia Silva Lima  
Evangelina da Silva Sousa  
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa  
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

**Caderno Iconográfico**  
**ACAMPAMENTO**  
**TERRA LIVRE 2025**



cançãoeiro



# À MEMÓRIA DE MRE GAVIÃO



**GRANDE GUERREIRO DA  
COMUNICAÇÃO QUE FEZ DA  
IMAGEM UM ATO DE  
RESISTÊNCIA.**

Dedicamos este Caderno Iconográfico à memória de Kumreiti Cardoso Kiné, Mre Gavião, da aldeia Krijohê, da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins. Kumreiti nasceu em 4 de abril de 1997 e se encantou no dia 4 de maio de 2025.

O Acampamento Terra Livre foi um marco em sua trajetória profissional. Em 2017, realizou sua primeira cobertura do evento com um celular e se destacou pela criatividade e pela habilidade na produção de registros audiovisuais.

Em 2023, tornou-se fotógrafo oficial da Assessoria de Comunicação do Ministério dos Povos Indígenas, atuando de forma exemplar e sendo reconhecido como um dos maiores comunicadores e fotógrafos indígenas do Brasil.



# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>10</b>
<b>1 - ATL: Mobilização étnica em defesa de direitos.....</b>	<b>16</b>
<b>2 - MPI e ATL: Nunca mais um Brasil sem nós!.....</b>	<b>29</b>
<b>3 - APIB e ATL: luta e resistência.....</b>	<b>33</b>
<b>4 - Em Defesa da Constituição e da Vida.....</b>	<b>69</b>
<b>5 - ATL 2025 - Direitos Territoriais e Autodeterminação Indígena: O desafio das oportunidades....</b>	<b>117</b>

# **Apresentação**

O Acampamento Terra Livre - ATL 2025, realizado entre os dias 6 e 12 de abril, teve como tema "APIB somos todos nós: Em defesa da Constituição e da vida". O evento marcou a comemoração de 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização criada pelo movimento indígena em 2005, durante o segundo ATL, que hoje é, sem sombra de dúvidas, o maior evento de mobilização indígena do Brasil.

A APIB, desde que foi idealizada como instância de articulação e referência para o movimento indígena no Brasil, vem liderando as mais importantes lutas travadas pelos povos indígenas. Está presente em todas as unidades da federação a partir da atuação de suas organizações de base: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste), Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu), Comissão Guarani Yvyrupa, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho do Povo Terena.

Para registrar a memória desse momento de grande importância para os povos indígenas, apresentamos o Caderno Iconográfico ATL 2025, obra que integra os produtos do projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas”, o qual contou com a equipe técnica formada por Carmen Lúcia Silva Lima (Coordenadora da Pesquisa), Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (Coordenador Adjunto da Pesquisa), Flávia Lorenne Sampaio Barbosa (Coordenadora Financeira) e Evangelina da Silva Sousa (Coordenadora de Projetos). A finalidade da pesquisa é produzir dados que contribuam com a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

O Caderno Iconográfico ATL 2025 foi construído com fotografias do acervo da Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom) do Ministério dos Povos Indígenas. As imagens disponibilizadas pela Ascom foram analisadas e selecionadas levando em consideração a atuação do MPI nesse espaço de mobilização. A narrativa visual dialoga com as falas dos indígenas presentes no ATL, as quais se encontram inseridas na obra. Por meio dessa relação, acreditamos que será possível registrar a grandeza do evento e contribuir para o registro da memória das lutas dos povos indígenas no Brasil.

Dedicamos a obra a Kumreiti Cardoso Kiné, Mre Gavião, fotógrafo e comunicador da Ascom, falecido em 4 de maio de 2025. Prematuramente se encantou, mas deixou um legado que não será esquecido pelo MPI e que merece ser reverenciado com esta publicação.

O Caderno Iconográfico está estruturado em partes. *1 - ATL: Mobilização étnica em defesa de direitos*, escrito por Carmen Lúcia Silva Lima, apresenta uma análise sobre a etnicidade indígena manifesta no ATL. A autora mostra como historicamente o evento foi se constituindo como um espaço central de luta, onde são deliberadas as estratégias e a pauta do movimento indígena, dando destaque à atuação da APIB e suas organizações de base.

Em *2 - MPI e ATL: Nunca mais um Brasil sem nós!*, é apresentado o discurso proferido pela ministra Sonia Guajajara, na Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados, em 8 de abril de 2025. Em sua fala, ela evidencia o crescimento e a importância política da APIB ao longo dos anos, caracterizando o ATL como uma grande assembleia de luta, resistência e denúncia, ao mesmo tempo em que se configura como um momento de celebração da cultura, da beleza e da sabedoria ancestral.

3 - *APIB e ATL é luta e resistência* e 4 - *Em Defesa da Constituição e da Vida* iniciam com as falas indígenas proferidas durante o ATL 2025, seguidas de fotografias que encantam pela beleza da forma e do conteúdo que apresentam. Por meio dos discursos indígenas e das imagens, é possível conhecer a diversidade indígena, os problemas enfrentados, as lutas travadas, mas também as conquistas comemoradas.

*ATL 2025 – Direitos Territoriais e Autodeterminação Indígena: o desafio das oportunidades*, de autoria de Ricardo Verdum, foi apresentado inicialmente na forma de relatório, elaborado no contexto da pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas”, da qual o autor participou como bolsista pesquisador. A relevância e a qualidade da análise tornaram oportuna a inclusão nesta obra. O texto evidencia a importância histórica da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e do Acampamento Terra Livre como espaços centrais de articulação, resistência e afirmação dos povos indígenas.

Para finalizar, desejamos uma boa leitura. Que as imagens e os textos sensibilizem os leitores para o compromisso com a defesa dos direitos dos povos indígenas.

Teresina (PI), 26 de fevereiro de 2026.

*Carmen Lúcia Silva Lima*  
*Flávia Lorene Sampaio Barbosa*  
*Evangelina da Silva Sousa*  
*Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento*



# **1 - ATL: Mobilização étnica em defesa de direitos**

## **ATL: Mobilização étnica indígena em defesa de direitos**

*Carmen Lúcia Silva Lima*

O ATL 2025, realizado entre dias 7 e 11 de abril, celebrou os 20 anos de existência da Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB). Com o tema “APIB somos todos nós: Em defesa da Constituição e da vida” e o lema “APIB Somos Todos Nós: Nosso futuro não está à venda!”, o evento reuniu mais de 8 mil indígenas em Brasília (DF), conforme o movimento indígena. Mais uma vez, indígenas de todos os estados estiveram na capital do país para denunciar a situação em que vivem e reivindicar direitos e atendimento de suas demandas.

A APIB considera o ATL a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do Brasil. Embora enfrentando muitas adversidades, a realização anual, com um número crescente de participantes, mostra o poder de mobilização e a capacidade organizativa dos povos que atuam nesse espaço sob a liderança da APIB e suas organizações de base: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste), Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu), Comissão Guarani Yvyrupa, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho do Povo Terena.

A APIB é fruto do ATL, especificamente, da segunda edição do evento, realizada em 2005. Essa entidade foi criada para responder à necessidade de um espaço de articulação e organização do movimento indígena, que se evidenciou em um cenário de contradições e muitos desafios. Ao mesmo tempo em que os indígenas comemoravam a homologação da TI Raposa Serra do Sol em área contínua, em Roraima, denunciavam a morosidade e os entraves que dificultavam as demarcações de terras indígenas em todo o país. Também apontavam problemas na política de saúde, defendiam os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e reivindicavam a garantia de autonomia administrativa e financeira dessa unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS).

A mudança na execução da educação escolar indígena para os Estados e municípios foi apontada pelos indígenas, naquele momento, como o principal entrave para a implantação de uma educação escolar indígena diferenciada e de qualidade. Em relação ao Congresso Nacional, o movimento alertou sobre as diversas propostas legislativas danosas aos direitos indígenas em tramitação, tais como PEC 38/99, PEC 03/04 e PLS 188/04. Para assegurar sua participação social, pediram a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista com competência deliberativa e constituído por representantes dos povos indígenas, entidades indigenistas e membros do Governo Federal.

É desse complexo cenário que brotou a proposta de criação da APIB, que, juntamente com suas organizações de base, vem travando, desde a sua gênese, embates contínuos em torno de disputas políticas, territoriais e econômicas. As organizações constituídas revelam a força da etnicidade indígena. Elas são caracterizadas por uma resiliência admirável, manifesta na capacidade de protagonizar movimentos sociais capazes de defender a existência dos povos indígenas, a resistência a processos históricos de violência e o enfrentamento dos seus adversários por meio de estratégias de luta articuladas nos níveis local, regional, nacional e internacional. Vejamos como isso se evidenciou no ATL 2025.

### **21º ATL: “APIB somos todos nós: Em defesa da Constituição e da vida”**

No primeiro dia do ATL 2025, Dinamam Tuxá, coordenador executivo da APIB, comunicou a disposição de defesa dos direitos indígenas, um princípio que estrutura a realização do evento.

Nós, povos indígenas, seguimos em luta para que a Constituição seja respeitada. Isso passa pela garantia e implementação de nossos direitos, pelo respeito às instituições e pela escuta ao movimento indígena. Só assim poderemos fortalecer, de fato, a democracia brasileira (APIB, 2025).

Esse pronunciamento, no contexto do ATL, faz referência, especificamente, a duas ameaças bastante atuais: a Lei nº 14.701/23 e a PEC 48, que colocam em risco as demarcações das Terras Indígenas, direito garantido na Constituição, assim como o seu usufruto exclusivo. O embate travado no momento diz respeito a uma disputa entre o direito originário reconhecido pela Carta Magna e os interesses econômicos dos antagonistas dos povos indígenas, que fazem do Congresso Nacional um espaço privilegiado para ataques aos direitos indígenas.

Conhecida como Lei do Marco Temporal, a Lei nº 14.701/2023 apresenta regras para o reconhecimento, a demarcação e o uso das terras tradicionalmente ocupadas no Brasil e incorpora a tese de que o direito à demarcação se restringe às terras que os povos indígenas estivessem ocupando na data da promulgação da Constituição Federal, ou seja, em 5 de outubro de 1988. O conceito jurídico de “esbulho renitente” é utilizado para restringir direitos, na medida em que estabelece que é preciso comprovar que, naquela data, o povo estava ocupando ou vivenciando um conflito ou disputa pela posse do território.

Outro problema é a introdução de novos critérios e procedimentos administrativos para a demarcação de terras indígenas, os quais dificultam um processo já bastante difícil. Nessa perspectiva, a Lei nº 14.701 cria regras para o estudo antropológico, limites para a revisão e ampliação de terras demarcadas e diretrizes para a realização de atividades econômicas nessas áreas.

Em relação à PEC 48, trata-se de uma proposta de emenda que visa incluir a tese do marco temporal, exposta anteriormente, na Constituição Federal. Os seus defensores alegam que ela possibilitaria a redução dos conflitos fundiários, na medida em que definiria um marco claro para ocupação territorial e para a definição de terras tradicionalmente ocupadas.

O movimento indígena rejeita a Lei nº 14.701 e a PEC, pois elas representam uma violação de direitos consagrados na Constituição de 1988. Além de considerá-las inconstitucionais, as lideranças indígenas advertem que a tese do marco temporal não leva em consideração o histórico de violência enfrentado pelos povos indígenas.

Embora tenha sido declarada inconstitucional no Supremo Tribunal Federal, a Lei nº 14.701/2023 foi aprovada pelo Congresso, gerando um conflito jurídico e político que fragiliza os direitos indígenas. Visando a mediação desse conflito, criou-se a Câmara de Conciliação sobre terras indígenas no STF, com a finalidade de tratar do marco temporal e da demarcação de terras indígenas.

A Câmara de Conciliação do STF, criada sem a participação da APIB, representa o maior ataque institucional desde a promulgação da Constituição de 1988. Em vez de declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, o Ministro Gilmar Mendes propôs um novo anteprojeto de lei que fragiliza o direito à consulta livre, prévia e informada, criminaliza retomadas, indeniza invasores e altera profundamente o procedimento de demarcação. Pior: sinalizou a abertura de nova negociação sobre a mineração em terras indígenas (APIB, 2025 - Carta Final do 21º Acampamento Terra Livre).

A questão do marco temporal evidencia bem os embates enfrentados pelo movimento indígena. Além da luta pela efetivação dos direitos e contra graves problemas, como a mineração, agronegócio, grilagem de terras, ameaças de morte, a cada dia é preciso travar embates contra o retrocesso e a restrição de direitos, tais como os presentes na Lei nº 14.701/23 e na PEC 48.

Durante os cinco dias do ATL, essa discussão foi intensamente realizada, assim como foram debatidos os conflitos em territórios indígenas, a criação da Comissão Nacional da Verdade Indígena, a Câmara de Conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF), a transição energética justa e a resistência LGBTQIA+. O evento foi estruturado em cinco eixos: “APIB Somos Todos Nós”, “Resistência e Conquista”, “Desconstitucionalização de Direitos”, “Fortalecendo a Democracia” e “Em Defesa do Futuro – A Resposta Somos Nós”. A Carta Final do evento apresenta uma boa síntese das questões centrais abordadas.

Assinada pela APIB e por suas organizações regionais de base, a carta reafirma que os povos indígenas são guardiões da Constituição, da biodiversidade e da Mãe Terra. Além disso, ela destaca a longa trajetória de resistência dos povos indígenas no Brasil ao longo de mais de cinco séculos e exalta a criação da APIB e ATL como instâncias nacionais de articulação do movimento indígena e espaços centrais de defesa dos direitos garantidos na Constituição de 1988: o direito originário às terras tradicionais, à autodeterminação, à identidade cultural e à saúde e educação indígena diferenciada.

A carta também registra o avanço de setores conservadores e iniciativas legislativas e institucionais que visam restringir direitos territoriais, tais como a Lei nº 14.701/2023, anteriormente exposta; ela também critica a repressão policial sofrida por indígenas durante mobilizações em Brasília e faz uma denúncia contundente dos episódios de violência que afetaram lideranças, mulheres, crianças e a deputada Célia Xakriabá.

A relação entre os povos indígenas e a crise climática é abordada na carta. O movimento, além de afirmar que a proteção das terras indígenas é fundamental para o enfrentamento das mudanças climáticas, defende uma transição energética justa e chama atenção para os impactos de grandes projetos nos territórios tradicionais.

A criação da Comissão Internacional Indígena para a COP30 é anunciada como uma iniciativa voltada ao fortalecimento da participação indígena na conferência realizada em novembro de 2025, no Brasil. Essa comissão visa, portanto, garantir a efetiva participação indígena nas discussões e apresentação de soluções para a crise climática, ambiental, alimentar e civilizatória.

A Carta Final do 21º Acampamento Terra Livre expressa publicamente a percepção indígena sobre a conjuntura, faz denúncias acerca de violações de direitos e apresenta reivindicações ao Estado brasileiro e à sociedade. É, portanto, um documento que evidencia o posicionamento político do movimento indígena e se converte em mais uma estratégia de luta.

## **Movimentos indígenas: etnicidade e estratégias de luta**

Remo Mutzenberg (2012) afirma que os movimentos sociais ganharam força a partir da década de 1970, ocasião em que se organizaram, em plena ditadura militar, e passaram a ter uma atuação política e apresentar reivindicação de direitos específicos. A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 favoreceram a construção de novos espaços de atuação dos movimentos sociais, incluindo a presença em instituições como conselhos e fóruns de políticas públicas. A análise da atuação iniciada nesse período permite ao autor afirmar que os movimentos sociais são complexos, heterogêneos e dinâmicos. Eles vão se modificando de acordo com os contextos históricos, políticos e culturais, o que exige novas abordagens teóricas e metodológicas para compreender sua atuação, assim como os seus impactos na democracia.

As considerações do autor são pertinentes para entender a atuação da APIB e o significado do ATL, assim como a abordagem feita por Alberto Melucci (2001), que afirma que os movimentos sociais são compostos a partir da construção de identidades coletivas que norteiam a ação dos sujeitos e determinam os campos de conflitos nos quais atuam. A mobilização política, segundo ele, vai além de disputa por recursos materiais, pois envolve processos de afirmação cultural, de reconhecimento e de produção de sentidos coletivamente compartilhados.

Eu, particularmente, acredito que o movimento indígena brasileiro pode ser entendido como um espaço de afirmação da etnicidade (Weber, 1991; Barth, 2000; Eriksen, 1991, 2002; Cohen, 1978 [1974]) indígena, que favorece a constituição de uma unidade de mobilização social (Almeida, 1995) pluriétnica forjada em situações de conflito social. Constituído por sujeitos coletivos, o movimento indígena é um espaço privilegiado para avançar na luta pela garantia de direitos territoriais, reconhecimento cultural e participação política. As mobilizações que ocorrem antes, durante e após o Acampamento Terra Livre, nesse sentido, evidenciam as disputas por espaço político e por reconhecimento dentro das estruturas do Estado e da sociedade brasileira.

Os autores citados ajudam a compreender o movimento indígena brasileiro como um fenômeno complexo que envolve dimensões culturais, políticas e organizativas. Ao mesmo tempo em que afirma identidades coletivas e valores culturais, o movimento também atua politicamente na defesa de direitos e utiliza estratégias de luta para influenciar decisões e ensejar a criação e o aprimoramento de políticas públicas.

O contexto em que são forjadas as lutas é sempre bastante adverso e inclui até mesmo um processo de criminalização da ação política indígena no Brasil. Luiz Henrique Eloy Amado e Ana Carolina Alfinito Vieira (2021) produziram uma importante análise acerca da criminalização do movimento indígena, definido como um processo social mediante o qual o *status* de criminoso é atribuído a comportamentos específicos, o que ocorre dentro de um sistema de justiça criminal.

O exame de inquéritos policiais e processos judiciais envolvendo lideranças indígenas e seus aliados evidenciou que conflitos territoriais são transformados em casos criminais comuns, desconsiderando a sua dimensão política. Em outras palavras, disputas de terras são categorizadas como crimes, tais como ameaça, esbulho, dano ou tentativa de homicídio. As lideranças indígenas se tornam, nesses casos, o alvo privilegiado das acusações. Os direitos territoriais indígenas reconhecidos pela Constituição são ignorados e investigações são conduzidas com o objetivo de identificar as lideranças do movimento para responsabilizá-las criminalmente.

Amado e Vieira (2021) constataram a existência de um reconhecimento incompleto das formas tradicionais de organização política indígena pelo Estado brasileiro. As organizações indígenas, segundo os autores, possuem formas próprias de liderança e representação política, que diferem dos modelos jurídicos convencionais de associação ou organização civil. Devido a essa especificidade, a legitimidade das organizações é questionada e, por vezes, exige-se a adoção de formatos burocráticos que divergem das formas tradicionais de organização indígena, o que gera dificuldades para a representação política dos povos indígenas e produz impactos negativos na atuação institucional.

A criminalização produz impactos, com certeza; mas o movimento indígena vem construindo estratégias de resistência. É evidente o desgaste das lideranças indígenas, a sobrecarga em função dos processos judiciais, das tentativas de deslegitimar as reivindicações territoriais, da intimidação e das inúmeras ameaças. Contudo, o movimento indígena avança em ações de fortalecimento das organizações indígenas, da articulação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, da mobilização nacional e internacional. Em síntese, os povos indígenas seguem ampliando sua capacidade de mobilização e organização política (Amado e Vieira, 2021).

Concluo afirmando que a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e a realização do Acampamento Terra Livre evidenciam o protagonismo e a vitalidade da etnicidade indígena. Ambos promovem a unidade política do movimento, construída a partir da diversidade dos povos indígenas existentes no Brasil.

## **Referências**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livre, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª edição. Manaus: PGCSAUFAM, 2008.

AMADO, Luiz Henrique Eloy e VIEIRA, Ana Carolina Alfinito. Criminalização e reconhecimento incompleto: obstáculos legais à mobilização indígena no Brasil /. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

BARTH, Fredrik. Os Grupos étnicos e suas fronteiras. In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

COHEN, Abner. O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1974].

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. Man: Journal of the Royal Anthropological Institute. Vol 26, No 1, 1991.

ERIKSEN, Thomas Hylland. Ethnicity and Nationalism: Antrhopological Perspective. London and Sterlind, VA: Pluto Press, 2002.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. III Conferência Internacional do IESE, 2012.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

WEBER, Max. "Relações Comunitárias Étnicas". In: Economia e Sociedade, 1. Brasília: Unb, 1991.

AMADO, Luiz Henrique Eloy e VIEIRA, Ana Carolina Alfinito. Criminalização e reconhecimento incompleto: obstáculos legais à mobilização indígena no Brasil /. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.



**2 - MPI e ATL: Nunca mais  
um Brasil sem nós!**



O ATL é sinônimo de luta, resistência, teimosia, denúncia; mas não podemos esquecer que o ATL também é sinônimo de beleza, diversidade, cultura e sabedoria ancestral.

**Ministra Sônia Guajajara, Sessão solene do ATL 2025**

Bom dia a todas, a todos, a todes! Quero aqui saudar esses 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, assim como saudar também o 21º Acampamento Terra Livre, essa grande mobilização que já se tornou a maior assembleia dos povos indígenas do Brasil, mas também a maior mobilização indígena do mundo. E nós estamos aqui, hoje, juntamente com parlamentares, com aliados, aliadas, que apoiam, que estão juntos, que sempre estiveram ao lado dos povos indígenas. Então, quero aqui saudar mulheres, homens, jovens e crianças que representam os mais de 305 povos indígenas que formam esse país pluriétnico e pluricultural. Cumprimento também todos os parlamentares presentes e faço memória a todos os deputados e deputadas que ao longo desses 20 anos da APIB subiram a essa tribuna para defender os direitos constitucionais dos povos indígenas ou articularam para que indígenas de diversos povos pudessem adentrar a Casa do Povo, para denunciar as inúmeras violações de direitos sofridas.

Aqui estamos celebrando os 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, nós somos povos originários, nós somos os primeiros, nós somos os primeiros brasileiros dessa nação. E na semana que acontece o acampamento aqui em Brasília, esse 21º Acampamento Terra Livre, que esse ano tem o tema: “APIB somos todos nós: em defesa da Constituição e da vida”. Os anos passaram e a APIB cresceu, se transformando nessa importante instância de referência nacional para os povos indígenas do nosso país. As organizações de base que compõem a APIB se reúnem anualmente nessa grande assembleia que é o ATL, uma grande ferramenta de luta para o movimento indígena brasileiro, hoje considerado a maior assembleia indígena do planeta e que desta grande mobilização originou a Bancada do Cocar e também o Ministério dos Povos Indígenas.

Foram muitas conquistas, aprendizados, erros, acertos, derrotas e vitórias. Algumas vezes entramos nesse plenário como convidados. Outras vezes tivemos que entrar a contragosto e nos fazer ouvir. O ATL é sinônimo de luta, resistência, teimosia, denúncia, mas não podemos esquecer que o ATL também é sinônimo de beleza, diversidade, cultura e sabedoria ancestral.

Essa grande assembleia indígena que hoje congrega, além dos povos originários do Brasil, diversos outros, os povos que vieram de outros territórios da grande Abya Yala e escolheram o Brasil para viver. Sejam bem-vindos, parentes e parentas! Não importa o lugar de onde vocês vieram.

Não importa o lugar onde nós estamos hoje, todas e todos nós somos bem-vindos e essas culturas e modos de vidas próprios enriquecem o nosso país.

Por fim, quero lembrar de todos aqueles e aquelas que tombaram pelo caminho e derramaram o sangue pela demarcação de seus territórios, buscando a terra sem males. Quero dizer que os nossos ancestrais se fazem presentes aqui hoje e que nós somos frutos e sementes de sua luta. Nossas raízes são profundas, pois tocam a ancestralidade de cada homem, de cada mulher que nasceu no chão desse Brasil tão grande e diverso. A luta dos povos indígenas é a mãe de todas as lutas e por isso nós seguimos falando não à mineração nos territórios indígenas, não ao marco temporal. Nunca mais um Brasil sem nós!

**Ministra Sônia Guajajara**

Sessão solene em homenagem à 20ª edição do ATL



**3 - APIB e ATL:  
luta e resistência**

Sou índia, sou filha da mata, me ouça seu moço com muita atenção  
Eu vim da grande natureza, a minha beleza é a minha nação  
Sou a cultura, sou arte de um povo guerreiro em devastação  
Eu vim da grande natureza, a minha beleza é a minha nação  
Eu sofri, chorei de tristeza e de dor  
Fuga de cabanagem, massacre de um povo que Tupã deixou  
Eu sofri, chorei de tristeza e de dor  
Fuga de Cabanagem, massacre de um povo que Tupã deixou  
Matar o meu povo, roubar o meu ouro, tão triste eu fiquei  
Pedi ajuda a Tupã, que meu povo humilde aqui estarei  
Eu nunca fui de guerra, eu sempre só quis paz  
Vamos nos dar as mãos, unir nossas forças e vencemos mais  
Sou nação brasileira, eu amo o meu país  
Minha morada é floresta, minha terra é tesouro, o meu povo é raiz  
Sou nação brasileira, eu amo meu país  
Minha morada é floresta, minha terra é tesouro, o meu povo é raiz.

**Yará Sateré-Mawé, música cantada na Sessão  
Solene na Câmara dos Deputados**

Essa terra onde nós estamos, nossos ancestrais já viviam aqui, existiam nossos ancestrais primeiro nessa terra. E naquele tempo, nossos ancestrais, eles tinham uma força muito grande para poder defender o seu povo. E no tempo de branco chegar nessa terra, houve muita guerra entre não indígena com nossos ancestrais, mas que eles não desistiram. Eles não desistiram, lutaram para que eles tenham uma vida garantida nessa terra. E então eles não desistiram, eles lutaram para garantir o futuro, a geração que hoje nós estamos. E é isso que meu avô contava. E é isso que nós temos que continuar, continuar defendendo o nosso direito, direito à terra, para que possamos, ainda, ter nosso próprio território para viver. Há muito tempo eu vim também e comecei a ter esse papel para poder defender o meu povo, o nosso povo desde jovem e até hoje eu luto para defender o nosso direito, o direito para que haja uma terra para que nova geração, o meu povo, tenha seu próprio modo de vida dentro do território. E é isso que eu peço para vocês, que continuem lutando. Tenham força!

**Cacique Raoni Metuktire**

Estamos aqui para avançar os direitos dos povos indígenas, para dizer que nós existimos. Nós resistimos e nós estamos perante qualquer situação à frente dos nossos tempos também, mostrando que os povos indígenas, seus territórios, que as terras indígenas também são estratégias para o enfrentamento da crise climática e que para isso a demarcação tem que ser respeitada, para isso tem que ter investimento para proteção dos territórios indígenas, para ter dignidade, para ter soberania alimentar, para permanecer essa riqueza cultural que o Brasil sempre mostra em cartões postais. Mas precisa, de fato, está respeitando, está incluindo no planejamento do governo. E aqui, o Congresso Nacional tem que cumprir o que foi colocado na Constituição de 88. Implementar os direitos, não significa retroceder e ceder à pressão para restringir direitos.

**Joenia Wapichana, presidenta da Funai**

Sãp 21 Acampamento de Terra Livre e APIB 20 anos. 'APIB somos todos nós: em defesa da Constituição e da vida'. Vamos carregar esse lema do nosso acampamento, do nosso 21º acampamento para toda a nossa caminhada, porque o que os povos indígenas fazem há 21 anos neste acampamento é defender a democracia, é defender a nossa Constituição, é defender os nossos territórios, é defender o direito à vida dos povos indígenas e de toda a humanidade.

**Kleber Karipuna, Coiab**

Homenagem à APIB, que é resiliente, que é persistente, que é lutadora, que é aquela que faz acontecer hoje esse acampamento com mais de oito mil indígenas. Não é possível que ainda nessa casa não consigam enxergar essa força. Não dá mais pra gente poder ficar só ouvindo esse grito da nossa floresta, que ela precisa ficar em pé. Mas em pé a gente sempre dizendo 'basta!', basta a esse desmatamento, basta a esse tal progresso que vem derrubando as nossas florestas.

**Juliana Cardoso, Deputada Federal**

Que a gente possa dialogar permanentemente com nossos os anciões,  
com os mais velhos, com os sábios, porque eles que guardam a  
memória. São a semente da memória, os guardiões da memória, na  
qual nós podemos acessar para que a gente possa cada vez mais  
construir, a partir da memória, o futuro do nosso território.

**Eliei Guarani Kaiowá**

Como bem disse a nossa ministra dos povos indígenas, Sonia Guajajara, é a maior assembleia de povos indígenas do mundo. Aqui em Brasília, durante esses dias, estão entre sete a oito mil lideranças indígenas dos 305 povos do país. Estão aqui na capital federal para apresentar um conjunto de demandas, uma agenda que tem como foco principal a defesa dos direitos indígenas, da Constituição Federal, da regularização das centenas de terras indígenas do Brasil, que ainda se constitui como um passivo, e também a defesa das políticas públicas que possam alcançar o chão dos nossos territórios.

**Weibe Tapepa, Secretário da SESAI.**

O que não mata, nos fortalece. Enquanto eles não conseguirem matar as nossas vozes, nós vamos continuar fortalecendo, porque tentam nos podar e nós brotamos com muito mais força. Estou aqui com a força do meu povo Xakriabá, com a força do Acampamento Terra Livre, da Articulação Nacional das Mulheres Indígena, da minha companheira ministra Sônia Guajajara, que também é deputada, com a companhia da presidenta da Funai, Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita no Congresso Nacional, com a força de Weibe Tapeba que já está sendo perseguido por antigos parlamentares, que não estão contentes porque agora quem está no comando da saúde indígena, da Funai é indígena. Nós estamos aqui porque sabemos que nenhum 'Cabral' do século XX vai calar a nossa voz.

**Deputada Célia Xakriabá**

Nós mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade, reunidas na tenda da Anmiga com a nossa articulação nacional das mulheres indígenas, aqui no Acampamento Terra Livre em Brasília, nesse território que é ancestral dos povos originários, aqui reafirmamos a nossa luta e ecoamos as vozes das originárias dos seis biomas brasileiros. Nós que somos guardiãs do planeta, que viemos das florestas, do Cerrado, do Pampa, dos mangues, que viemos da Caatinga, que viemos das águas e dos campos abertos. Nós viemos carregando a memória das nossas ancestrais, os sonhos das nossas crianças e a força que brota da terra viva que habitamos e protegemos. Nós estamos em guerra, não existe conciliação dos nossos direitos originários. O nosso marco é ancestral, nós sempre estivemos aqui!

**Joziléia Kaigang, Carta da Anmiga**

Semana retrasada, 11 lideranças do nosso povo foram presas, incriminadas pelo estado da Bahia. Nossos líderes estão sendo presos injustamente para que não lutem pelo seu território. Anteontem, foi assassinado mais um líder Pataxó no território Comexatibá. No dia da audiência que estávamos aqui em Brasília, no dia 11, mais um líder Pataxó do território Barra Velha foi assassinado. E quero dizer aqui a todos que nós não vamos desistir do nosso território... Hoje eu sou uma mulher indígena que eu não posso sair. A minha vida hoje é completamente parada. Vivo num programa de proteção que muitas vezes não funciona. Não posso sair. Ontem, aqui, gente, veio nos seguindo pessoas ruralistas de lá querendo nos assassinar aqui em Brasília no acampamento. Aí os parentes viram e avisaram. É assim, em todo canto nós estamos correndo perigo. Hoje não só na Bahia, mas vou dizer no Brasil todo, o nosso povo está sendo injustamente incriminado, as nossas lideranças, os nossos jovens.

**Uruba Pataxó**

Há 20 anos a gente está num processo de luta. Nós temos uma demarcação de um território, Sete Salões, que precisa ser demarcado.

O Estado brasileiro precisa resolver esse problema nosso, da nossa demarcação de terra e também demarcação de terra de todos os povos brasileiros. Porque sem terra o índio não vive. É preciso terra, é preciso ter paz, é preciso ter seu espaço sagrado de vida. E eu gostaria de reforçar aqui a luta. Todos nós estamos aqui, hoje, no ATL para lutar, para reivindicar. É preciso que esse país respeite nossos povos indígenas. E eu, Itamar Krenak, estou aqui para dizer: Demarcação já!

Demarcação já!

**Itamar Krenak**

E nós não vamos mais permitir que deputados, senadores ou qualquer um que seja nos ataque e continue impune. Vamos recorrer aonde tiver que recorrer e vamos fazer luta aonde tem que fazer luta, fortalecendo as instituições, que nós não somos golpistas, pelo contrário, nós queremos que não tenha anistia. Sem anistia para golpista, não cabe anistia.

Reforçamos nosso posicionamento: Sem anistia! Golpista tem que ser responsabilizado e penalizado a rigor da lei e não vamos atacar instituições. O nosso intuito nunca foi e nunca será de ataque às instituições. É na defesa das instituições e na defesa do texto constitucional. Não à Câmara de Conciliação, extinção imediata! Não à PEC 48, à PEC 132, que quer instituir o marco temporal e outras medidas anti-indígena no Congresso Nacional.

**Dinamam Tuxá, Coordenador da APIB**

















































**4 - Em Defesa da  
Constituição e da vida**

Diferentemente do que ocorreu em 8 de janeiro – muito diferentemente, sem zero de comparação –, a nossa marcha não tem, nunca terá a intenção nenhuma de atacar as instituições do Estado. O movimento indígena, ele sempre foi e sempre será um movimento ordeiro, pacífico, mas muito aguerrido e lutador pelos seus direitos. Isso a gente vai continuar fazendo. E não é polícia militar, não é polícia legislativa, não é parlamentar ou anti-indígena, não é ninguém que vai fazer a gente parar de continuar lutando pelos nossos direitos. Então, eu queria passar essa mensagem para imprensa e pedir a colaboração de vocês, que republiquem a nossa verdadeira versão dos fatos para que a gente consiga restabelecer o respeito que todos nós criamos na sociedade brasileira e internacional, e nas instituições do Estado e do movimento indígena brasileiro.

**Kleber Karipuna, APIB**

Eu não posso começar a fazer essa fala, neste momento, gente, sem dizer que me orgulha muito ter na minha trajetória de luta 9 anos na condução da APIB, dos 20 anos que a APIB completa hoje. Trago com muito orgulho todo esse aprendizado, todos os enfrentamentos, toda a resistência, todos os desafios que nós enfrentamos juntos durante esses 525 anos de luta e 21 de Acampamento Terra Livre, de onde nasceu a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Então, eu quero aqui neste momento saudar a força dos povos indígenas do Brasil. E faço essa saudação em nome da coordenação executiva da APIB, que assume hoje, com muito protagonismo e responsabilidade, a continuidade dessa luta por direitos, por justiça, por liberdade e pelos territórios indígenas.

**Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas**

Nós não estamos aqui lutando, jamais, para enfraquecer as instituições.  
O nosso tema é o quê, pessoal? 'APIB somos todos nós'. Nós não vamos  
soltar a mão de ninguém. 'APIB somos todos nós: em defesa da  
Constituição e da vida'.

**Dinamam Tuxá, Coordenador da APIB**

Bora, minha gente! Vamos enfrentar essa empreitada, porque a justiça do Brasil é uma índia. Seguimos com fé e com coragem. Não vamos desistir de nossos direitos, não vamos desistir de lutar. Vamos resistir para existir, para a gente poder deixar o legado para os nossos netos, os nossos filhos, os nossos anciãos, que não podem mais estar aqui com a gente. Que a gente possa lutar essa batalha, para que a gente possa junto com as nossas forças ancestrais, com a força dos nossos encantos, para derrubar essas mazelas que estão sobre o nosso país, sobre os nossos povos: as matanças, os direitos negados. Os nossos direitos a cada dia estão amofinando, acabando. Não vamos mais permitir. Nós somos povos primogênitos dessa terra e o Estado brasileiro tem uma dívida com os povos indígenas do Brasil.

**Cacica Anália Tuxá**

Queria saudar aqui os 14 povos do Baixo Tapajós: Arapiun, Borari, Tupinambá, Munduruku, Tapajós, Kumaruara, Arara Vermelha, Tupaiú, Maytapu, Apiaká, Saterê... Parentes, os 14 povos do Baixo Tapajós sustentam essa luta aqui em Brasília para dizer não ao genocídio, para dizer não aos ataques do nosso território, para dizer não ao agronegócio, para dizer não à garimpagem, para dizer não a todo o ataque que vem nos prejudicar no nosso território. O Baixo Tapajós, com 18 povos, 119 aldeia, está aqui hoje mostrando a sua cara, mostrando a sua voz em Brasília, na sede do poder, para lutar contra todo e qualquer tipo de lei criada para prejudicar os povos da floresta. Essa PL, que é inconstitucional, que já foi julgada e que hoje é retomado para discussão, para tirar direitos indígenas, para tirar direito dos povos originários, isso é uma afronta aos povos da floresta. Nós somos os guardiões, nós somos o dono dessa terra.

**Cacique Gilson Tupinambá**

O Congresso está vindo com o projeto de lei, um projeto de lei da morte dos povos indígenas. E isso nós não aceitamos. Estamos aqui enquanto povos originários pra defender a nossa vida, nossas crianças, a nossa vida e o nosso direito. Quero deixar esse recado. Nós estamos junto a nível nacional do Brasil para defender o nosso direito e o nosso território.

**Norivaldo Guarani Kaiowá**

Nós, da Maracanã, reivindicamos também: Demarcação já!  
Demarcação já! Sem a demarcação, não tem como perpetuar nossas  
línguas, costumes e tradições. Então, estamos sofrendo também.  
Estamos aqui em nome dos indígenas em contexto urbano para pedir  
a demarcação também da aldeia Maracanã, a criação da primeira  
universidade indígena na aldeia Maracanã.

**Cacique José Urutau Guajajara**

Então, quero aqui dizer que nós estamos comemorando 20 anos de APIB, comemorando esses anos todos de luta, de desafios. Temos avançado em alguns propósitos, alguns processos políticos, temos aí o Ministério dos Povos Indígenas, nós temos a presidência da Funai indígena, temos uma ministra e temos também um secretário indígena dentro da Sesai. E esses avanços têm sido muito importante, porque essas discussões têm sido dentro desse espaço do ATL, dentro desse espaço de acampamento, onde o nosso povo acampa aqui por uma semana para discutir a educação, a saúde, território. E a gente sabe que não é fácil. Todos nós temos marcas no corpo como liderança. Nós temos um processo, nós temos uma prisão, nós temos alguém que ficou pelo caminho nessa jornada, parentes que foram assassinados em caminhada para assegurar o seu direito. É isso que a gente tem que buscar e enfatizar aqui para vocês, que a nossa caminhada é em busca de assegurar os nossos direitos.

**Alberto Terena, APIB**

O Brasil é indígena! Vamos lá, Brasil é terra indígena. Estamos aqui mais uma vez ecoando nossas vozes em defesa dos nossos territórios. Nossos direitos não se negociam, lideranças. Precisamos cada vez mais dar um basta, dar uma resposta nos nossos territórios. Nenhum direito a menos. Agora vai ou racha. Povo unido jamais será vencido. E assim seguimos ecoando nossas vozes em defesa do nosso bem viver, em defesa das futuras gerações. Não podemos mais deixar o genocídio entrar dentro dos nossos territórios. Nossos territórios estão sendo invadidos pela mineração, pelo garimpo ilegal. Vamos, lideranças, ecoar nossas vozes em uma única defesa: nossos territórios. Respeitem a Amazônia, respeitem os nossos territórios, respeitem os nossos direitos. Nenhum direito a menos! Nenhum direito a menos aos povos indígenas do Brasil! Brasil é terra indígena! Brasil é terra indígena!

**Maria Betânia, povo Macuxi**

Aqui é a marcha da esperança, é a marcha da verdade, é a marcha dos verdadeiros brasileiros deste país. Como dizia o nosso eterno Marçal Tupã: Porque esse país é tão grande para os potentes e tão pequeno para nós que somos os verdadeiros donos! Hoje, eu venho participando desse ATL 2025, ouvindo os depoimentos de várias lideranças, de diversas etnias desse nosso país e tenho visto o quanto o nosso povo tem sofrido. Então, essa marcha reflete a importância para que esse país olhe para nós, para que esses governantes olhem para o nosso povo, porque é o nosso povo que protege a floresta, é o nosso povo que protege a vida.

**Cacique Fábio Titiah, Pataxó Hã-Hã-Hãe**

O espaço da COP é um espaço onde nós vamos discutir principalmente sobre a questão climática. Mas isso não é menos do que nós trazer o principal foco de todas as discussões dos povos indígenas do Brasil e do mundo, que é a união dos povos indígenas, o direito dos povos indígenas e, principalmente, a demarcação dos povos indígenas para questão das mudanças climáticas, que hoje é essencial. Então, esse será um momento importante de participação dos povos. É a segunda vez que vai haver uma COP na América Latina. A primeira vez foi em Lima, no Peru, e agora a gente vai ter no Brasil. Então, é uma oportunidade de os povos indígenas trazer a sua potencialidade, não só da participação, mas também nos espaços de decisões. E nós vamos estar juntos nessa caminhada para levar o anseio de todos os povos, principalmente os que estão nas nossas bases e que nós estamos representando dentro desses espaços. Então, é muito importante nesse momento que nós possamos unir força para esse momento tão importante, esse momento onde nós vamos poder levar as nossas vozes.

**Sinéia Wapichana**

É um momento muito importante que passamos hoje no ATL, 20 anos de APIB, 20 anos de consolidação do movimento indígena do Brasil. Isso significa muito para todos nós. E, 21º Acampamento Terra Livre, muitas coisas foram conquistadas, mas é necessário que essas conquistas sejam consolidadas em nossos territórios. Por isso que é muito importante nós unificarmos nossa luta, unificarmos a luta entre os povos indígenas do Brasil, os povos indígenas da Bacia Amazônica, os povos indígenas da Austrália, os povos indígenas do Pacífico e os povos indígena dos sete continentes. Por que senhores? É necessário criarmos uma grande aliança entre povos indígenas para a defesa dos nossos territórios e dos nossos direitos. É necessário também que possamos trazer para a nossa luta não só os povos indígenas, mas também toda a sociedade não indígena. Por isso que a resposta somos nós e não é somente os povos indígenas que irão salvar o planeta Terra.

**Toya Manchineri, Coiab**

Queremos aqui afirmar esse compromisso de aliança em busca da solução climática. Trago aqui também a nossa força e unidade como organizações da sociedade civil, como comunidades tradicionais, como povos indígenas que estão comprometido com a busca de solução climática, porque nós não somos problema, nós somos a solução, porque nós fazemos parte desse território e nós sempre cuidamos e zelamos desse território, da mãe terra, da mãe água, da floresta e de todo o ecossistema. Nós, pensando nessa continuidade, nessa construção, que, a partir de 1992, as comunidades, os movimentos se unem em busca de solução climática. E nós estamos aqui como cúpula dos povos, formando essa grande aliança para discutir, para debater, para buscar soluções unidas com todos os continentes, com todos os povos, com todas as organizações. Hoje somos mais de 400 organizações nacionais e internacionais que compõe a Cúpula dos Povos, que é essa aliança que busca, que discute e que propõe essa construção a partir da realidade de cada território, de cada continente. Estamos aqui para somar. Estamos aqui para dizer que a solução somos nós, que a luta é nossa.

**Sila Mesquita Apurinã, Rede de Trabalho Amazônico (GTA)**

Quando a gente fala sobre a força que nós carregamos como povos indígenas, como povos originários desses territórios, também trazemos a força dos ancestrais, a força dessa memória que está gravada nesse território. Quando a gente fala sobre justiça climática, a gente fala sobre as demarcações dos nossos territórios. Não haverá justiça climática sem a demarcação dos nossos territórios. Sem a demarcação dos nossos territórios, continuaremos morrendo dentro dos nossos territórios.

**Juliana Kerexu, Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)**

Lá no estado do Amazonas, na região Norte, nós estamos sofrendo já essa perseguição com uma grande exploração de gás dentro do meu território, do nosso território. Onde esse território está sendo devastado, a gente já não tem mais aonde a gente pescava, aonde a gente caçava. O nosso rio está ficando poluído e o nosso ar também. Hoje nós estamos sofrendo com as críticas, com as promessas que essas empresas prometeram e não estão cumprindo.

**Cacique Jonas Mura**

Tem que tirar do nosso vocabulário a palavra Consulta Livre, Prévia e Informada quando se trata de petróleo, gás e mineração, seja ouro, prata, diamante, seja o que for, qualquer outro tipo de exploração mineral dentro dos nossos territórios indígenas. Não vamos aceitar, porque eu não conheço nenhum país no mundo que os indígenas enriqueceram. Eu não conheço! Se alguém conhecer aqui, principalmente quem viaja fora do Brasil e visita outros povos, já conseguiram encontrar algum indígena que ficou rico quando o seu país foi totalmente explorado?

**Cacique Romancil Kretã, povo Kaingang**

Eu sempre tenho estratégia. Fomos junto com as nossas lideranças, aqui pela PIB, junto com todas as organizações indígenas. Chegamos até o Senado Federal e lá eu tive uma fala e eu batizei ela de Peste 215. Então, hoje, eu não considero a conciliação dos nossos povos indígenas com aquele povo tão malicioso, tão maldoso, que só joga maldição em cima de nós.

**Cacique Carlos Tabajara**

Sabemos que, quando um pé de árvore é derrubado, quais são os prejuízos. Todo o meio ambiente sofre por causa disso. Então, meu parente, nós temos que estar junto, não somente a organização, como a Coiab, como a APIB, como outras organizações. Nós temos que nos unir, os professores universitários, os juízes, os advogados, os professores, agente de saúde e dizer não para essa exploração. Falam de petróleo, romantizam que petróleo daria isso, daria aquilo. Isso é uma grande mentira, como nós presenciemos 500 anos atrás, vinha falando em ordem, em progresso. Precisamos progredir o pai Brasil. E qual progresso que até hoje nós presenciemos? Nada, a não ser norte-americano, Europa e outro país. Enquanto isso, o Brasil, o que que o Brasil ganha? Mata a sua população, mata todas as espécies da natureza que existia no Brasil.

**Daniel Lemes Kaiowá, Aty Guasu**

É um desafio muito grande trazer a diversidade de violências e violações sofridas pelos mais de 200 povos da Amazônia, que resistem até hoje contra a invasão, contra o garimpo, contra a pecuária, que seguem invadindo nosso território, os madeireiros e também vários massacres nesse processo de contato com dito civilização, com o dito desenvolvimento da Amazônia. Essas palavras mataram muitos de nós, em especial as meninas e mulheres indígenas. Aí eu me refiro a essa violência invisibilizada nesse processo. O quanto o corpo território das mulheres indígenas da Amazônia tombaram nesse processo. Então, precisamos falar de que violência estamos falando. Estamos falando de uma reparação para quem e como vamos reparar essas violências?

Então esse processo ainda resiste até nos dias de hoje.

**Braulina Baniwa**

O tribunal declarou inconstitucional o marco temporal, ele estabeleceu um regime de indenizações pros não indígenas e estão colocando cada vez mais condições que tornam o processo de demarcação no nosso país quase inviável. Por isso, o nome dessa mesa é o acordo sem voz. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, desde o dia primeiro dessa Câmara de Conciliação, disse: "Esta Câmara está sendo constituída para se retirar direitos indígenas". Por essa razão a gente decidiu deixar esse espaço. A gente não considera legítimo esse espaço. A gente entende que essa Câmara de Conciliação precisa ser finalizada e o Supremo cumprir o seu papel de declarar inconstitucional a tese do marco temporal. Essa Câmara de Conciliação, parentes e parentas, tá acontecendo para liberar atividades econômicas, flexibilizar a Consulta Livre, Prévia e Informada. E a única força que a gente tem é o que está acontecendo nesse momento, neste acampamento. A força dos nossos cantos, a força da nossa mobilização é que vai frear o marco temporal.

**Maurício Terena, advogado da Apib**

Não podemos falar de uma transição energética sem falar dos povos indígenas. Nós temos que tomar muito cuidado com o termo transição energética, pois quando se trata de transição energética, as opções para essa transição são energia eólicas, solar e hídrica. E hoje nós sabemos que os nossos territórios são onde são mais instaladas as hidrelétricas, que destroem nossos rios, que afetam o nosso território, que destrói o meio ambiente, que destrói a nossa casa e que destrói também o nosso conhecimento tradicional.

**Luene Karipuna**

Falando a questão de Mato Grosso do Sul, quantos caciques, lideranças, já foram presos? Quantas lideranças foram mortas? Será que é preciso morrer para poder adquirir nossas terras de volta? É preciso que sejam brutalmente assassinados nossos parentes?

Precisamos de reparação, sim.

Precisamos de reparação, sim! Já chega de violência!

**Valcéllo Terena, Conselho do Povo Terena**

Então eles forçam a barra, aprovam o marco temporal e o que é que o movimento indígena naturalmente faz? Diz: “Amigo, o Supremo Tribunal Federal acabou de dizer que é inconstitucional. Que absurdo é esse que a gente está assistindo aqui?”. A Suprema Corte do país diz: “É inconstitucional”, o Congresso Nacional ignora o debate, pauta e aprova o marco temporal. Naturalmente o movimento indígena, o mesmo movimento, as mesmas organizações que brigaram para que o marco temporal fosse declarado inconstitucional, judicializa ao mesmo Supremo Tribunal Federal para dizer: “E aí, qual o posicionamento de vocês diante desse absurdo jurídico que a gente está assistindo aqui?”. O entendimento natural da gente que está no direito é dizer ao Congresso Nacional: “Não, não tem o que discutir. A gente acabou de discutir aqui. Esse instituto jurídico chamado Marco Temporal não tem debate, é inconstitucional”.

**Guila Xucuru, Advogado Indígena**

Eu sou advogada indígena... Eu estou sempre pronta para escutar as lideranças, estou sempre pronta para escutar os mais velhos, as mulheres anciãs de cada povo para entender como eu posso ajudar dentro do judiciário, dentro desse estudo que eu fiz da lei do branco. Porque em 1988 a gente tentou vencer a tutela, ou seja, eles diziam que a gente não tinha capacidade de se representar em juízo e a gente venceu na lei isso. Mas dentro do judiciário ainda existe essa concepção que o indígena não tem a capacidade de falar por si mesmo. Então eu estou aqui sempre me formando. Veja, eu fiz a faculdade de direito, depois eu fiz uma especialização em direito, depois eu fiz um mestrado em direito e agora estou estudando para fazer um doutorado em direito para que o branco não tenha dúvida que eu sou uma advogada indígena formada, com plena capacidade de representar qualquer um de vocês em juízo, para falar em nome dos povos indígenas. E isso é uma estratégia nossa e que venham mais, que venham antropólogos, que venham geólogos, que venham profissionais de saúde que cuidem de nós mesmos.

**Maíra Pankararu, Advogada indígena da APIB**

































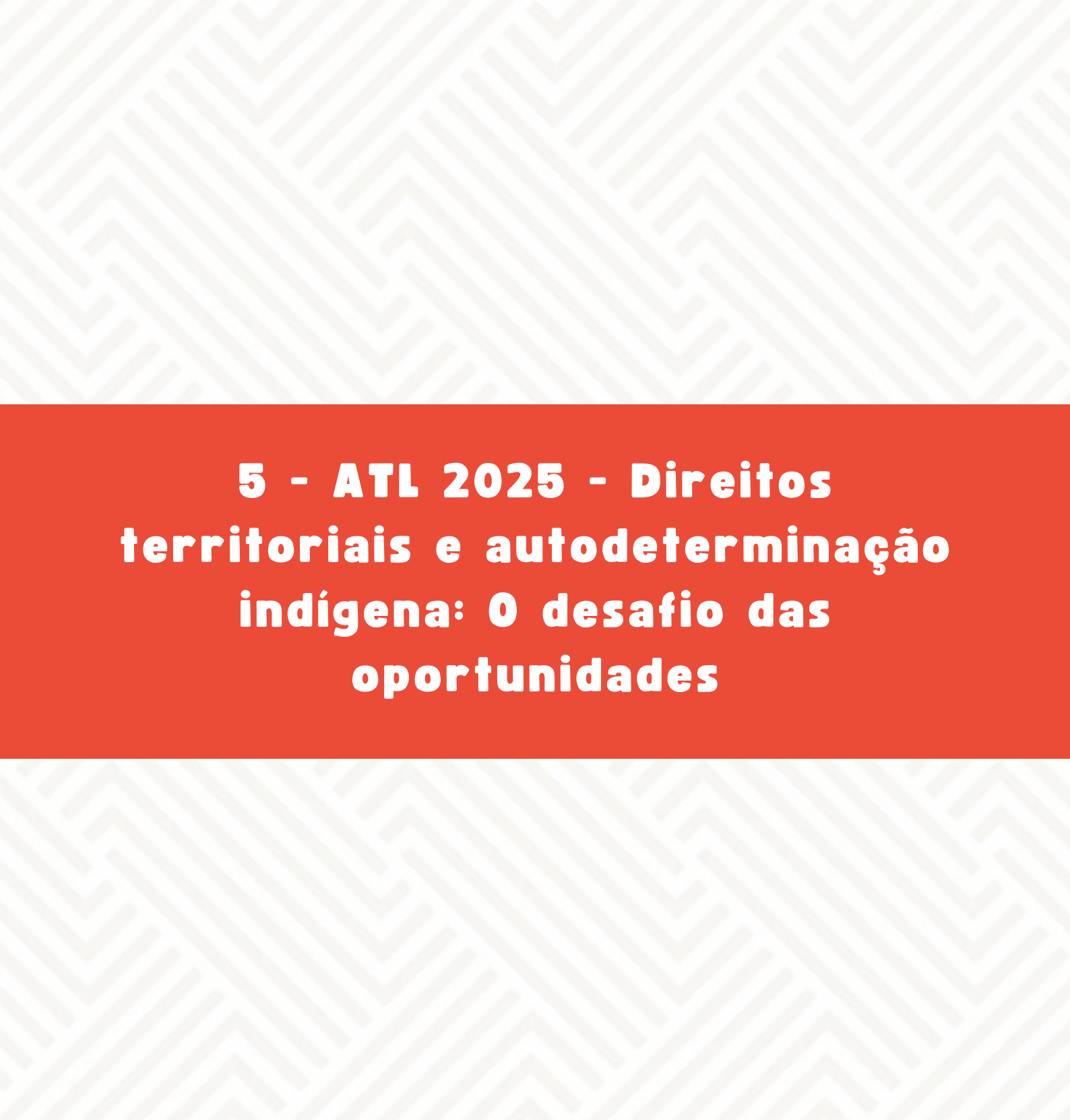












**5 - ATL 2025 - Direitos  
territoriais e autodeterminação  
indígena: O desafio das  
oportunidades**

## **ATL 2025 – Direitos Territoriais e Autodeterminação Indígena: O desafio das oportunidades**

*Ricardo Verdum*

### **Introdução**

Descrever o conjunto das atividades realizadas no curso dos cinco dias de Acampamento Terra Livre (ATL), de 7 a 11 de abril de 2025, é praticamente impossível. Quem se dispôs ou teve tempo de circular pelo complexo logístico montado na área ocupada pelo Eixo Cultural Ibero-americano, no coração de Brasília, facilmente percebeu que muita coisa acontecia.

A programação foi intensa e foram vários os espaços onde as atividades tiveram seu curso, inclusive, em paralelo com a programação oficial coordenada pela APIB. O temário foi suficientemente amplo para contemplar a diversidade de interesses e gostos dos presentes, mas também para dispersar a população indígena e não indígena presente do ATL.

Além da agenda oficial de debates realizados na Plenária principal, tivemos ao longo da semana reuniões realizadas em barracas menores (as chamadas tendas), com a participação de representações políticas de movimentos e organizações indígenas locais e regionais, representantes governamentais responsáveis por determinadas políticas públicas setoriais (saúde e saneamento, educação escolar, cultura, atividades produtivas, recuperação ambiental, transição energética, financiamento de projetos etc.), e representantes de organizações não governamentais e de agências de cooperação. Sem falar nas pequenas e micro reuniões formais e informais, e as rodas de conversa realizadas às dezenas ao longo dos cinco dias, com os mais variados temas, por exemplo os desafios e estratégias para a defesa dos direitos e garantias dos Povos Indígenas, o uso político do sistema jurídico-penal em contextos conflituosos envolvendo indígenas, até a realização de um certame nacional de futebol com times indígenas, possivelmente ainda neste ano.

O Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) também ocupou uma tenda para debater e definir as suas estratégias e as táticas de enfrentamento aos desafios para o avanço da política de educação escolar indígena. E não nos esqueçamos do Congresso Nacional, com três atividades relacionadas ao temário e incluídas na programação oficial do ATL.

Paralelamente, houve encontros que ocorreram na ampla e diversa área de alimentação, na área de compra e venda de peças artesanais de diferentes regiões e, ainda, nas áreas destinadas à montagem de barracas e toldos, onde ficaram alojados milhares de indivíduos, centenas de famílias e delegações regionais participantes do Acampamento. Houve também, nas tendas, a projeção de alguns documentários, o lançamento e a divulgação de publicações, bem como apresentações de delegações, *shows* musicais e de dança realizados no local da Plenária ou em espaços menores, nas noites culturais.



Fonte: Facebook da Coiab, @thaigon\_arapiun

Também foram realizadas duas caminhadas coletivas entre o espaço do ATL e a Esplanada dos Ministérios: a primeira no dia 8 e a segunda, dois dias depois, em 10 de abril. A primeira transcorreu sem problemas, já a segunda não, pois a caminhada foi recebida com bombas de lacrimogêneo e gás de pimenta ao se aproximar do prédio central do Congresso Nacional.

Houve visitas aos órgãos públicos para tratar de demandas específicas da população de determinada Terra Indígena ou de demandas de interesse geral. Delegações foram formadas e visitaram o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Ministério da Educação (MEC), o Supremo Tribunal Federal (STF), na pessoa do Ministro Gilmar Mendes, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), entre outros ministérios, órgãos públicos e instituições.

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) foi pauta da programação na Plenária principal, como também na tenda regional da COIAB, com a presença das Ministras dos Povos Indígenas (MPI) e do Meio Ambiente (MMA) e representantes da organização do evento no Brasil. A COP30 foi uma temática também presente em outros espaços de conversa, em exposições orais e em decisões coletivas, com destaque para a Plenária realizada do dia 10 intitulada “A Resposta Somos Nós: Povos Indígenas Rumo a COP 30”, o Lançamento da Comissão Internacional Indígena para a COP 30, e a divulgação, na tenda da COIAB, no dia 11, do projeto de restauração ambiental em Terras Indígenas, com recursos do Fundo Amazônia.

Mas o que realmente foi motivo de preocupação e posicionamento político, por ser mais concreto e imediato, já que dizia respeito à condição básica de continuidade social autônoma dos povos e comunidades locais, e, para muitas, de sustentabilidade alimentar e nutrição adequadas, foi a possibilidade real de haver retrocessos no seu direito territorial e na aplicação desse direito como definido na Constituição Federal de 1988.

A morosidade no processo demarcatório, especialmente a emissão, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), de portaria declaratória de que determinado território pertence ao Povo Indígena que o está reivindicando é um ponto crítico. Somam-se a isso a Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, que regulamenta o art. 231 da Constituição Federal para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e a denominada 'Comissão Especial de Conciliação', criada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2024 para rediscutir a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal.

Embora não tenha havido um credenciamento individual dos participantes, estima-se que o número de participantes indígenas tenha ultrapassado 7 mil pessoas, representando ao menos 135 povos, de diferentes regiões do país, entre crianças, jovens, adultos e idosos. A juventude indígena foi, proporcionalmente, a olhos vistos, o maior contingente presente no ATL 2025.

Esse é um dado importante, pois é desse contingente que sairão e estão saindo aquelas pessoas que se somarão de forma cada vez mais ativa às lutas por direitos e por sua efetivação ao longo das próximas décadas, assumindo postos de liderança em diferentes espaços e estruturas político-administrativas construídas pelo movimento indígena no país. Daí porque se reveste de grande importância haver um forte investimento na formação política das novas gerações, para que participem criticamente do processo de transformação da sociedade e das instituições no país. Desse modo, eles colocarão no centro da sua práxis política a superação dos limites e limitações postos e impostos, por exemplo, à implementação dos direitos constitucionais dos povos originários, além da construção de um novo projeto de país.

Na continuação, apresentamos uma síntese do que foi discutido nas atividades realizadas no Plenária principal do ATL, a qual está mais diretamente relacionada com os direitos territoriais e a autodeterminação presente e futura dos povos indígenas no Brasil.

## **1. Histórias e memórias do ATL por seus protagonistas**

Entre as muitas atividades levadas a cabo nos cinco dias do ATL, uma esteve dedicada especificamente a recuperar e refletir sobre histórias e memórias das origens e dos mais de vinte acampamentos realizados desde 2004. A atividade foi realizada no dia 7 de abril, na primeira Plenária do ATL.

Naquele abril de 2004, cerca de 200 lideranças, de 33 povos e diferentes regiões do país, se reuniram, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, para debater: a) os rumos da política indigenista do Governo Federal; b) os problemas vividos pelas comunidades em seus locais e regiões de origem; c) a definição de uma agenda conjunta de demandas e de lutas visando a superação desses problemas; e d) como fazer avançar e efetivar os direitos assegurados aos povos indígenas na Constituição de 1988.

Com o fim, em 2001, do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), instância de articulação nacional criada em 1992, o movimento indígena estava, então, nacionalmente acéfalo. Assim, o primeiro acampamento está também na origem da formação, em 2005, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da rearticulação do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI).

O acampamento de 2004 foi antecedido de uma manifestação de cerca de 50 lideranças dos povos Kaingang, Guarani, Xokleng e Krahô-Kanela, que acamparam no gramado da Esplanada dos Ministérios, defronte do Ministério da Justiça, entre os dias 26 de junho e 3 de julho de 2003. O grupo reivindicava uma posição do governo recém empossado, medidas concretas em favor da demarcação e da proteção de seus territórios, e a implementação dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Esse acampamento foi a inspiração para o primeiro ATL, que à época era chamado de Abril Indígena.

Dito a grosso modo, os relatos dos participantes da Plenária trataram da criação da Capoiá, dos apoios recebidos em sua curta trajetória, da sua instalação em Brasília e das dificuldades para aí permanecer, e dos conflitos e desentendimentos havidos no interior do movimento indígena no contexto das comemorações do “descobrimento do Brasil”, em Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia, quando o governo e a Igreja Católica celebraram os 500 anos da primeira missa no território recém ocupado. Os protestos e manifestações das organizações indígenas e outros movimentos populares foram duramente reprimidos, com 141 detidos e mais de 30 pessoas feridas.

Falou-se dos desafios para articular o movimento indígena entre 2000 e 2004, do papel das organizações regionais para superar esta situação, em particular a Coiá e a Apoinme, e dos primeiros acampamentos, onde as assembleias eram realizadas sob uma lona de circo, com algumas centenas de participantes alojados.

Recordou-se que a homologação da demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), em Roraima, foi uma das principais bandeiras do movimento indígena e do ATL em 2005. Apesar das pressões contrárias presentes no Congresso Nacional e junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 15 de abril de 2005, o documento de homologação da TIRSS foi finalmente assinado pelo presidente da República.

Também foram lembradas a criação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), em março de 2021, e as manifestações contra o “marco temporal” no ATL desse ano, quando caixões de papelão foram queimados na Praça dos Três Poderes em protesto contra a atuação do então Governo Federal, assumidamente favorável à grilagem e ao garimpo nos territórios indígenas, e que se negava a demarcar sequer um centímetro de terra aos Povos Indígenas.

Vários expositores ressaltaram a importância do ATL e da APIB na luta dos Povos Indígenas no país, de uma luta construída na base e cuja história de mobilização e organização é anterior à Constituição de 1988. Além disso, ressaltou-se que o ATL foi concebido como parte da ação de insurgência dos povos indígenas contra os poderes constituídos e contra, particularmente, as políticas e ações impositivas e predatórias nos territórios.

O evento visa entender o mundo e enfrentar as suas injustiças, sendo uma forma de resistência à transformação dos territórios indígenas em territórios de exploração agrícola, mineração e garimpo. Citou-se como exemplo a resistência do movimento indígena às tentativas de legalizar a mineração nas Terras Indígenas e, particularmente, o Projeto de Lei (PL) nº 1.610, de 1996.

A tentativa de tornar fato consumado a tese do “marco temporal” – uma suposição que foi rejeitada como inconstitucional pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), mas que contraditoriamente foi aprovada pelo Congresso Nacional na Lei nº 14.701, de 2024, e passou a ser rediscutida no âmbito do mesmo STF com a criação, também em 2024, da denominada “Câmara de Conciliação” – para os expositores deve ser encarada como mais uma manobra das forças políticas e econômicas para eliminar qualquer barreira que limite o seu livre avanço sobre os territórios ainda ocupados pelos povos indígenas originários, que seguem resistindo ao regime colonial.

Por fim, foi lembrado que, desde a sua origem, a APIB esteve orientada por prioridades, o que foi definidor para sua consolidação e para os resultados alcançados. A primeira prioridade, obviamente, foi defender a bandeira histórica do movimento, de antes da Constituição de 1988: a demarcação das Terras Indígenas e a existência de políticas públicas estruturantes e dignas para os povos nas áreas da saúde, da educação, da sustentabilidade econômica, da cultura, do esporte e assim por diante. A segunda foi investir na formação, pois as pessoas do movimento têm de estar informadas, têm de estudar e entender como pensam e agem “os inimigos”. Ademais, elas precisam de estudar como funcionam os Poderes Executivo, Legislativo e o Sistema de Justiça nacional. A formação de pessoal qualificado foi no passado um fator importante para o amadurecimento do movimento indígena e segue sendo necessária hoje em dia. A comunicação foi outra grande prioridade da APIB. Ela possibilitou, por exemplo, a criação de uma página própria da APIB na internet e a constituição de um sistema nacional próprio de comunicadores indígenas. Finalmente, sempre foi dada grande importância para as alianças, o estabelecimento e o fortalecimento das alianças dentro do movimento indígena, entre lideranças e organizações indígenas, e as alianças estratégicas com os aliados e as aliadas não indígenas.

Em relação aos ATLs, arriscamos dizer que a mensagem síntese das exposições é de que eles foram momentos e espaços privilegiados para avaliar periodicamente a caminhada e as escolhas feitas pelo movimento indígena ao longo dos últimos 21 anos, além de se constituírem como momentos e espaços privilegiados para fortalecer as alianças políticas e para intercambiar informações e entendimentos sobre os riscos e oportunidades para o presente e o futuro dos povos indígenas no país. Que os acampamentos são momentos privilegiados para decidir posicionamentos e ações prioritárias em relação aos três Poderes: em particular, ao Executivo e às suas políticas setoriais; ao Legislativo, que nos últimos vinte anos tem criado mais problemas do que agido em favor dos direitos e interesse indígenas; e ao Judiciário, em especial, o STF, que, embora se comporte de forma ambígua, tem se mantido relativamente nos trilhos da constitucionalidade.

## **2. Velhos e novos desafios dos Povos Indígenas**

A seguir, damos destaque para três atividades realizadas na Plenária do ATL, que têm o objetivo comum de alertar sobre os impactos e os riscos de determinadas políticas ou a falta de políticas adequadas para os territórios indígenas e suas populações em particular, mas não somente, na área de abrangência da ação da APOINME.

### **a) Desafios à ação estratégica da APOINME**

No dia 8 de abril, tivemos uma plenária na qual foram apresentados alguns resultados de uma pesquisa levada a cabo nos últimos três anos, por um grupo de pesquisadores indígenas e não indígenas ligado à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime). Como o nome da organização indica, sua ação cobre um vasto território, onde estima-se que exista cerca de 300 Terras Indígenas em diferentes etapas de reconhecimento e demarcação pelo Estado brasileiro.

A pesquisa teve como finalidade identificar as demandas e necessidades da população em cada um dos territórios indígenas na área de atuação da organização. Ela foi guiada pelo objetivo de gerar subsídios à definição das estratégias de ação da Apoinme, em especial, do seu departamento jurídico. Fazendo uso de metodologias e técnicas quantitativas e qualitativas de levantamento, o grupo logrou reunir dados e informações de 205 Terras.

Para o 21º ATL, o grupo de pesquisa preparou uma apresentação com os primeiros resultados da análise do material levantado em 193 Terras. Resultados que, grosso modo, apresentaremos na continuação.

A área de abrangência da atuação da Apoinme compreende três grandes biomas: a) o bioma Mata Atlântica, excessivamente impactado pelo processo colonial que teve início em 1500 e pela devastação promovida; b) o bioma Caatinga, onde há uma grande concentração de territórios indígenas; e c) o bioma Cerrado, onde também há uma grande concentração de territórios, os quais vem sendo impactados pela expansão da agroindústria, principalmente da soja, milho e algodão. Em termos percentuais, a Caatinga está presente em 58% da área abrangida pela Apoinme, enquanto o Cerrado e a Mata Atlântica estão presentes em 11% e em 31%, respectivamente. Além desses três grandes biomas, os povos e comunidades locais indígenas na área de atuação da Apoinme também estão presentes e fazem uso de territórios com formações ou sistemas ecológicos mais específicos, como matas de cocais, ambientes costeiros e manguezais.

De forma resumida, os resultados descritos pelos expositores e pesquisadores presentes foram os seguintes:

- Em relação à modalidade de ocupação indígena dos 193 territórios indígenas analisados na Região Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, verificou-se que 118 (61%) são áreas de ocupação tradicional; que 34 (18%) são reservas indígenas em diferentes estágios de regularização; que 22 (11%) são terras de domínio indígena; e que 19 (10%) estão sendo regularizados por outros órgão públicos que não a Funai, inclusive estaduais;
- Quanto à regularização fundiária, verificou-se que as autoridades públicas realizaram alguma ação em relação a 83 territórios (ou 43%) e que, para as 110 restantes (ou 57%), não foi tomada qualquer providência;
- As cinco principais violações sofridas pela população foram as seguintes, pela ordem: o racismo; o crime ambiental; a invasão de propriedade; a ameaça contra a vida; e a não aplicação do direito à consulta prévia;
- Os cinco principais impactos ambientais negativos havidos nos territórios indígenas foram os seguintes, pela ordem: o desmatamento; a poluição do ar e das águas; os impactos diversos de grandes empreendimentos; as invasões de não indígenas; e a utilização dos territórios indígenas como locais onde prefeituras ou particulares jogam o lixo da cidade ou de seus empreendimentos;
- Os empreendimentos de produção de energia, os monocultivos e as rodovias que cortam os territórios indígenas são os principais fatores ou as principais causas de impacto negativo nos territórios. Destaque para os parques e as usinas eólicas, solares e hidroelétricas, as obras para implantação de usinas nucleares e a mineração de urânio; e, ainda,

- O racismo, o alcoolismo, a violência institucional, a insegurança alimentar, a criminalidade, e o tráfico de drogas são na atualidade os principais problemas sociais enfrentados pelos povos indígenas nos territórios e fora deles.

Ao final, os pesquisadores elencaram aqueles casos que, no seu entender, devem ser priorizados pelo setor jurídico da Apoinme. Os casos são:

- Kaxixó (MG) – relacionado à degradação ambiental e à morosidade da justiça;
- Vale do Jequitinhonha (MG) – relacionado à mineração de lítio;
- Pataxó e Tupiniquim (BA) – relacionado ao genocídio e à não demarcação das terras;
- Vários territórios impactados pelas hidrelétricas do Rio São Francisco;
- Vários povos e territórios indígenas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará afetados por projetos de energia renovável;
- Santa Quitéria (CE) – relacionado à mineração de urânio;
- Os efeitos da Usina Nuclear em Itacuruba (PE);
- Os impactos do agronegócio na região de fronteira dos estados de Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte;
- Os povos indígenas afetados pela mineração e os “acidentes” de Mariana e Brumadinho (MG); e
- O Povo Anacé, afetado pelo Porto de Pecém (CE).

## **b) A pressão do setor de energia sobre os territórios e os direitos indígenas**

No dia 9 de abril, tivemos uma plenária que tratou de como os povos indígenas no país, em particular, os seus direitos, modos de vida, territórios e recursos naturais neles existentes, vêm sendo considerados na formulação e implementação das políticas públicas destinadas (supostamente) à promoção da chamada “transição energética”.

Foi lembrado que o atual Governo Federal tem colocado o Brasil na cena internacional como um país pretendente a integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a se tornar, nos próximos anos, um dos principais fornecedores de petróleo e gás para o mundo. Mas, para isso, seria necessário ampliar a área de exploração, tanto em terra como na zona costeira, e tornar mais acessível a atividade para grupos estrangeiros. Também foi mencionada a nova onda de pressão em favor da “regulamentação” da atividade de mineração em Terras Indígenas, tanto no STF como no Congresso Nacional.

Falou-se do cuidado que se deve ter com o termo “transição energética”, pois, quando se trata de transição energética, as opções para essa transição são a eólica, a solar e a hídrica. Hoje, porém, já se sabe que os territórios indígenas são onde mais se planeja instalar hidrelétricas, que destroem rios, que afetam os territórios, que destroem o meio ambiente, que destroem os locais de moradia e também o conhecimento tradicional; o maior exemplo disso foi a construção da UHE Belo Monte.

Também se discutiu o comportamento ambíguo do presidente Lula, pois, ao mesmo tempo em que diz, nas Conferências sobre Mudança do Clima, que o Brasil busca manter as florestas em pé, leiloa blocos de exploração de petróleo e gás na Amazônia.

Foi lembrado que os planos de exploração de petróleo não se restringem ao Bloco 59, mas compreendem uma extensa área de costa marítima que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte. Promover a ampliação da área de exploração de petróleo é contribuir para acelerar a crise climática; é vulnerabilizar especialmente as comunidades locais que estão nos territórios, que dependem das florestas, dos rios, de um clima equilibrado. Isso é feito sem consulta às comunidades, o que inclui a aprovação da Lei nº 14.701 pelo Congresso Nacional.

Por fim, foram apresentados os resultados de uma pesquisa sobre as ameaças subjacentes a determinados projetos de produção de energia nas Terras Indígenas. A maior ênfase foi dada para a exploração e a produção de petróleo e gás em terra firme ("*onshore*"), na costa marítima brasileira ("*offshore*"), e por meio da fraturação hidráulica de rochas profundas ("*fracking*"), permitindo a liberação do petróleo e do gás nela contidos, sua fluência, através das fendas abertas, e seu bombeamento para a superfície. Também foram apresentados alguns dados sobre usinas hidrelétricas, termoelétricas e eólicas, linhas de transmissão de energia, oleodutos e gasodutos.

A pesquisa estimou em mais de 230 o número de Terras Indígenas situadas na região de impacto de projetos do setor de energia, tanto de projetos existentes como de projetos planejados:

- São 48 blocos de petróleo e gás em diferentes fases do processo exploratório, sobrepostos à área de influência direta de 56 territórios indígenas; cinco terminais de GNL (sigla de gás natural liquefeito) sobrepostos a cinco territórios indígenas; e gasodutos que estão sobrepostos a sete Terras Indígenas. Ainda sobre a exploração petrolífera, consta que no dia 17 de junho próximo será realizada a 5ª Oferta Permanente de Concessão de blocos para exploração de petróleo e gás no Mato Grosso, e que impactarão Terras Indígenas; e que
- Há 57 trechos de linhas de transmissão sobrepostos a 27 Terras Indígenas.

A expositora também chamou atenção para a necessidade das Consultas Prévias, Livres e Informadas ocorrerem antes do licenciamento ambiental do Ibama. Ou seja, que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realize a consulta antes do leilão. Em 2023, a mobilização havida para impedir que fossem concedidos dois blocos incidentes sobre a Terra Indígena Rio dos Pardos (PR) alcançou sucesso. Isso porque a APIB, a Arayara e a comunidade local se mobilizaram e entraram com uma ação civil pública cobrando da ANP a realização da consulta antes do leilão. A ação teve sucesso na primeira e na segunda instância. E hoje o Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem sustentado que a ANP tem sim que fazer a Consulta Livre, Prévia e Informada antes do leilão. Esse é um precedente e uma “janela de oportunidade” que deve ser aproveitado para outros casos semelhantes, inclusive, para enfrentar certas manobras recentes, como recortar o bloco a ser leiloadado de forma a que sua área não fique sobreposta à Terra Indígena.

### **c) Hidrocarbonetos e a transição energética: impactos e desafios**

Na sequência, foi feita a apresentação dos resultados preliminares de outra pesquisa promovida pela Apoinme, e que tem por objetivo olhar para os empreendimentos energéticos (petróleo e gás) que impactam terras indígenas da área de abrangência da organização.

Feito um levantamento dos empreendimentos que estavam impactando ou poderiam impactar as terras indígenas, constatou-se que:

- 84 terras indígenas poderiam ser impactadas por empreendimentos de gás e petróleo;
- dessas 84, 65 terras indígenas estão na região costeira onde está havendo exploração ou se planeja realizá-la;
- foram encontradas 19 terras indígenas que não estão na frente do mar, mas que podem ser impactadas, pois estão até 8 quilômetros de poços de petróleo ou estão a 3 quilômetros de gasodutos, podendo, portanto, ser impactadas por esses empreendimentos terrestres;
- 47 terras indígenas são impactadas por empreendimentos marítimos: 10 por poços de petróleo, 9 por gasodutos e algumas terras indígenas são impactadas por mais de um tipo de empreendimento.

Em relação à situação jurídica das terras indígenas possivelmente impactadas, constatou-se que:

- 19 estão homologadas / regularizadas;
- 21 estão em alguma etapa anterior do processo da demarcação; e
- 44 nem começaram a ser reconhecidas pelo Estado brasileiro, o que significa que, caso empreendimentos forem instalados dentro delas e ocorrer um vazamento de petróleo, elas correm o risco de sequer serem consideradas comunidades indígenas impactadas na compensação.

Dos 102 empreendimentos marítimos que já estão produzindo ou estão em desenvolvimento para produção, a situação é a seguinte:

- 60 estão licenciados pelo Ibama;
- 23 desses empreendimentos estão com as licenças vencidas, ou seja, estão operando, mas não deveriam estar operando, e
- que sobre 42 empreendimentos não foi possível encontrar informação do licenciamento ambiental.

Quando são ouvidos os relatos das comunidades locais impactadas, se percebe com mais nitidez o quanto a legislação brasileira relativa a impactos de empreendimentos subestima os efeitos sobre as populações e seus territórios. Os relatos colecionados pela pesquisa deixam à vista que os impactos podem afetar muitos outros grupos locais além daqueles considerados como foco da legislação e como na prática ela vem sendo aplicada nos estudos de impacto realizados.

As terras indígenas no estado do Espírito Santo são as mais impactadas pela exploração de petróleo e gás na área de abrangência da Apoinme. Foi informado que está agendada para junho ou julho a realização da próxima oficina sobre petróleo e gás da Apoinme, e que ela vai acontecer no Espírito Santo.

A pesquisa também verificou que as alternativas de geração de energia não baseadas em hidrocarbonetos não têm sido tão menos impactantes nas terras indígenas. É o caso das hidrelétricas em Alagoas, Sergipe e em Pernambuco, todas localizadas na bacia do Rio São Francisco, onde há 60 empreendimentos em operação. A pesquisa também identificou na área de abrangência da Apoinme que existem 190 empreendimentos hidrelétricos planejados, 200 em operação e 33 desativados. Ao todo, 177 terras indígenas podem de fato estar sendo ou serão impactadas por hidrelétricas em funcionamento ou planejadas, pois seus territórios estão na mesma microbacia onde existem diferentes tipos de hidrelétricas. Destas 177 terras indígenas, 133 encontram-se na Bacia do São Francisco.

Por fim, a pesquisa proporcionou a criação de uma tipologia de impactos gerados pelos empreendimentos hidrelétricos, distribuídos em impactos no território; impactos na identidade; e impactos na natureza. Em síntese, a pesquisa mostra que os empreendimentos alternativos vinculados à ideia de “transição energética” têm se mostrado tão ou mais negativamente impactantes para os povos indígenas, especialmente quando eles prejudicam os seus modos e suas condições de vida, principalmente os territórios e os recursos naturais de que depende inclusive a sua segurança alimentar e nutricional.

### **3 À beira do abismo**

No dia 9 de abril, tivemos uma plenária que tratou da “Câmara de Conciliação no STF e a reconfiguração da política Indigenista no Brasil”. Escolhi a expressão “à beira do abismo” porque me parece que ela melhor identifica e qualifica o senti-pensamento dos personagens que tomaram a palavra na mesa constituída principalmente por advogados indígenas e não indígenas, reunidos para falar do momento político e da autodenominada “Câmara de Conciliação”, constituída no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024.

Como era esperado, as exposições são críticas e buscam aclarar o que está em jogo com a criação dessa Câmara. Além de recolocar na pauta de discussões sobre direitos indígenas um tema que se supunha superado, pois foi considerado sem base constitucional pelo plenário do STF – referimo-nos à tese do “marco temporal”, a tal Câmara está sendo coordenada por um ministro cuja trajetória na Suprema Corte se caracteriza por adotar posições favoráveis aos interesses econômicos sobre os territórios indígenas, em detrimento dos seus ocupantes originários. Posição que se repete com a criação dessa Câmara, na maneira como os trabalhos são conduzidos e nas propostas legislativas que têm circulado nas reuniões e nos bastidores, inclusive, as de pena própria, que tentam introduzir temas alheios à justificativa da sua criação, por exemplo, a regulamentação da mineração em Terras Indígenas e a criminalização de atos de resistência e autodefesa das comunidades locais e das organizações indígenas, entre outras.

Além disso, está vigente a Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, que entre outras coisas estabelece que “a ausência da comunidade indígena em 5 de outubro de 1988 na área pretendida descaracteriza o seu enquadramento” como terra tradicionalmente ocupada, “salvo o caso de renitente esbulho devidamente comprovado”, entre outras decisões. Ou seja, aprova o chamado “marco temporal” como um critério para o reconhecimento e a demarcação de territórios indígenas.

Ambas as ações, uma do STF e outra do Congresso Nacional, não só bloquearam na prática o reconhecimento das Terras Indígenas pelos órgãos responsáveis, como também criaram suas condições de possibilidade e fortaleceram nos judiciários estaduais a adoção do chamado “marco temporal” como critério de avaliação e validação de decisões em casos de conflito fundiário, obviamente em desfavor dos povos e das comunidades locais indígenas.

Essa convergência, avaliou um dos expositores com mais de quarenta anos atuando em favor dos povos indígenas e seus direitos no país, não deixa margem para dúvida: as forças contrárias às conquistas obtidas pelos povos indígenas no plano legal estão em movimento, não só para paralisar a sua aplicação, como também para eliminar os direitos conquistados. Outras tentativas foram feitas nas últimas décadas, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215, de 2000, que pretendeu estabelecer como sendo competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas.

A “Câmara de Conciliação”, por sua vez, existe para atrasar a aplicação da Lei dos direitos dos povos indígenas, para, quando a Lei for aplicada, se o território ou as comunidades não tiverem sido descaracterizados, seja tudo mais difícil e complicado, pois já se passaram muitos anos, os territórios estarão transformados pelo desmatamento, pelos monocultivos, pela mineração, pelas infraestruturas vinculadas a estas atividades etc. Os Krenak esperaram mais de trinta anos para terem um pedaço do território tradicional reconhecido como Terra Indígena no município de Resplendor (MG), já em boa parte alterado pelo desmatamento e a ocupação econômica ambientalmente predatória. E aí ocorreu o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, e inundou o Rio Doce (Watu) e áreas do território com lama tóxica da mineração da empresa Samarco. São tragédias sobre tragédias.

Por fim, uma mensagem - ora de forma explícita, ora indiretamente - foi feita ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI): que tenha coerência com as posições do movimento indígena, que, por sua vez, tem de “acordar” para as manobras em curso nas instâncias de poder do Estado. Manobras jurídico-políticas, em curso, que visam legitimar decisões prejudiciais aos povos e comunidades locais indígenas no país.

## **4 Mensagem final**

Visto com os olhos de quem focou sua atenção — tanto nas discussões das plenárias do ATL quanto nas conversas de corredor — sobre o estado dos direitos territoriais dos povos indígenas, e sobre os efeitos dos empreendimentos de infraestrutura do setor energético nos territórios e na vida dos povos indígenas, o quadro construído não é animador. Esse sentimento, creio que compartilho com muitos que subiram ao palco ou que estiveram, diria, na posição de espectadores, ora mais, ora menos passivos.

Mas quem disse que é ou que foi fácil enfrentar os poderes constituídos? A experiência dos últimos vinte e poucos anos de ATL e da APIB mostra que há brechas e que há de se ter estratégia para encontrá-las em meio às ambiguidades e contradições. As Plenárias sobre as quais acima falamos também deixaram pistas para isso. Se não diretamente, nas entrelinhas. O desafio das oportunidades está na ordem do dia.



### **Carmen Lúcia Silva Lima**

Bacharel em Ciências Sociais pela UFC. Mestre e doutora em Antropologia pela UFPE. Pós-doutora em Cartografia Social e Política da Amazônia pela UEMA. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPI. Líder do Grupo de Pesquisas sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização do CNPQ/UFPI, coordenadora do Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA/UFPI. Bolsista Produtividade em Pesquisa - PQ2 do CNPQ.



### **Evangelina da Silva Sousa**

Administradora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (2020), linha de pesquisa: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade - com Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho (Doutoramento em Marketing e Estratégia). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede Prodema-UFPI (2015).



### **Flávia Lorene Sampaio Barbosa**

Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), docente efetiva do Curso Superior em Tecnologia de Gestão de Dados do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), docente permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública (PPGP), e pesquisadora integrante do Núcleo de Pesquisa em Gestão Pública (NUPEGEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Áreas de investigação: estudos interdisciplinares em Gestão Social e Gestão Pública, e em educação, trabalho e subjetividade.



### **Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento**

Professor efetivo do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, possui graduação em História pela Universidade Federal de Roraima (2002) e em Ciências Sociais pela ULBRA (2017), Especialização em Gestão Para o Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal de Roraima (2004), em História e Cultura Afro-brasileira e Educação Indígena pela FACIBE (2024); mestrado e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - 2009 e 2014 respectivamente.





Aqui estamos celebrando os 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, nós somos povos originários, nós somos os primeiros, nós somos os primeiros brasileiros dessa nação...Os anos passaram e a APIB cresceu, se transformando nessa importante instância de referência nacional para os povos indígenas do nosso país. As organizações de base que compõem a APIB se reúnem anualmente nessa grande assembleia que é o ATL, uma grande ferramenta de luta para o movimento indígena brasileiro, hoje considerado a maior assembleia indígena do planeta e que desta grande mobilização originou a Bancada do Cocar e também o Ministério dos Povos Indígenas.

**Ministra Sônia Guajajara**  
Sessão solene do ATL 2025

